

A uniformidade da estrutura, do estilo e da terminologia deve ser mantida não apenas dentro de cada Documento Técnico ABNT, mas também dentro de uma série de Documentos Técnicos ABNT associados. A estrutura e a numeração de suas seções devem ser, na medida do possível, idênticas. Uma redação análoga deve ser usada para exprimir prescrições análogas e uma redação idêntica deve ser usada para exprimir prescrições idênticas.

Estes requisitos são particularmente importantes não apenas para assegurar a compreensão do Documento Técnico ABNT ou da série deles associados, mas também para aproveitar ao máximo as vantagens das técnicas de processamento automatizado de texto, bem como as traduções computadorizadas. Eles são de uma diversidade tal que não podem ser estabelecidas regras universalmente aceitas para a subdivisão de seu conteúdo.

Contudo, como regra geral, deve ser elaborado um Documento Técnico ABNT específico para cada assunto a ser normalizado e publicado como um Documento Técnico ABNT completo. Em casos específicos e por razões práticas, por exemplo, se o Documento Técnico ABNT se tornar muito volumoso, partes subsequentes do conteúdo do Documento Técnico ABNT estiverem interligadas, partes do conteúdo do Documento Técnico ABNT puderem ser referidas em regulamentos, ou partes do conteúdo do Documento Técnico ABNT forem previstas para fins de certificação, ele pode ser dividido em partes individuais sob o mesmo número. Isto permite que cada parte possa ser modificada individualmente sempre que houver necessidade.

Em particular, os aspectos de um produto que podem ser de interesse de diferentes classes (por exemplo: fabricantes, organismos de certificação, organismos governamentais) devem estar claramente distinguidos, preferencialmente como partes ou como Documentos Técnicos ABNT específicos.

Tais aspectos individuais podem ser, por exemplo, relacionados a requisitos de saúde e de segurança, a requisitos de desempenho, a requisitos de serviço e de manutenção, a regras de instalação, e avaliação da qualidade. Os termos que devem ser utilizados para designar as divisões e as subdivisões de um Documento Técnico ABNT são apresentados na Tabela 1, em português e inglês. No Anexo G é dado um exemplo de numeração.

A folha de rosto deve conter o título do Documento Técnico ABNT. O título deve ser redigido com muita atenção. Deve ser tão conciso quanto possível, de modo a indicar, sem ambiguidade, o assunto tratado, permitindo distingui-lo de outros sem

entrar em detalhes desnecessários. Qualquer detalhe complementar deve ser incluído no escopo.

O título deve ser composto por elementos distintos, cada um deles tão curto quanto possível, partindo do genérico para o específico. Em geral, não devem ser usados mais de três elementos dos mencionados a seguir: um elemento introdutório (opcional), indicando o âmbito geral a que se refere o Documento Técnico ABNT (que pode muitas vezes ser baseado no nome do Comitê Técnico ou Comissão de Estudo); um elemento central (obrigatório), indicando o assunto principal, tratado dentro do âmbito geral; um elemento complementar (opcional) indicando o aspecto particular do assunto principal ou dando detalhes que permitam distinguir o Documento Técnico ABNT de outros, ou outras partes do mesmo documento.

O sumário é um elemento preliminar opcional, mas necessário, se facilitar a consulta. O sumário deve conter as seções e, se necessário, as subseções com títulos, os anexos com seus caracteres entre parênteses, a bibliografia, o índice, as figuras e as tabelas.

A ordem deve ser a seguinte: seções e subseções com títulos, anexos (incluindo seções e subseções com títulos, se necessário), bibliografia, índice, figuras e tabelas. Todos os elementos relacionados devem ser citados com seus títulos completos. Os termos da seção "Termos e definições" não podem ser relacionados no sumário.

Em suma, um documento bem escrito e claro ajuda no processo de normalização, devendo ser ressaltado que, em nível nacional, a participação deve ser organizada pelos organismos de normalização e pelos organismos nacionais de normalização de acordo com seus respectivos procedimentos de obtenção de consenso. Eles devem estabelecer que haja representação equilibrada de todas as categorias interessadas, tais como produtores, compradores, consumidores, etc.

As oportunidades para contribuições efetivas e significativas de outros países devem ser organizadas sob o patrocínio dos organismos nacionais de normalização daqueles países e em cooperação com as organizações internacionais e regionais de normalização das quais esses países sejam membros comuns. Considerando a norma como um instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, o estado deverá aportar contribuições tanto no que se refere à sustentabilidade da atividade de normalização em temas considerados estratégicos, inclusive no que respeita à participação do Brasil em foros internacionais e regionais de normalização. Em paralelo, o estado demanda normas para o exercício de suas atribuições, o que sugere a alocação de recursos para a elaboração dessas normas.

**Mauricio Ferraz de Paiva** é engenheiro eletricista, especialista em desenvolvimento em sistemas, presidente do Instituto Tecnológico de Estudos para a Normalização e Avaliação de Conformidade (Itenac) e presidente da Target Engenharia e Consultoria -[mauricio.paiva@target.com.br](mailto:mauricio.paiva@target.com.br)

**Sobre a Target** – Há mais de vinte anos a Target vem se consolidando como referência para o desenvolvimento de soluções que facilitam o acesso e gerenciamento de informações tecnológicas críticas para os mais diversos segmentos corporativos. Através de uma equipe de técnicos e engenheiros especializados, a Target oferece hoje muito mais do que simples informações tecnológicas ao mercado em que atua. A Target oferece VANTAGEM COMPETITIVA.

**A Target recomenda e autoriza a reprodução e compartilhamento do conteúdo desta mensagem.**